



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006626-47.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Sistema Remuneratório e Benefícios**
 Requerente: **Noemi Alexandre Rodrigues**
 Requerido: **Spprev - São Paulo Previdência**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Noemi Alexandre Rodrigues move **ação de revisão de benefício** contra **SPPREV – São Paulo Previdência**. Sustenta que, acometida por "transporto afetivo bipolar, episódio atual misto", aposentou-se por invalidez. A entidade ré, porém, negou-lhe proventos integrais, concedendo-lhe apenas proporcionais, o que não deve ser admitido, pois a doença, embora não prevista no rol do art. 186, § 1º da Lei nº 8.112/90, deve ser considerada grave. Aquele rol é exemplificativo, e não taxativo. Pede a revisão do benefício.

Contestação às fls. 139/151.

Réplica às fls. 169/175.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder"

1006626-47.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Incontroverso que a doença da autora não está prevista no rol legal.

O entendimento pessoal deste magistrado era pelo caráter exemplificativo das doenças previstas na Lei nº 8.112/90.

Todavia, o Supremo Tribunal Federal, órgão constitucional responsável pela uniformização na interpretação das normas constitucionais, última palavra em termos de jurisdição nacional, firmou orientação contrária.

Com efeito, decidiu o Excelso Pretório, em regime de repercussão geral:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS. ART. 40, § 1º, I, DA CF. SUBMISSÃO AO DISPOSTO EM LEI ORDINÁRIA. 1. O art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal assegura aos servidores públicos abrangidos pelo regime de previdência nele estabelecido o direito a aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. O benefício será devido com proventos integrais quando a invalidez for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, “na forma da lei”. 2. Pertence, portanto, ao domínio normativo ordinário a definição das doenças e moléstias que ensejam aposentadoria por invalidez com proventos integrais, **cujo rol, segundo a jurisprudência assentada pelo STF, tem natureza taxativa**. 3. Recurso extraordinário a que se dá provimento. (RE 656.860, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, j. 21/08/2014)

Ora, a exegese assentada pela Suprema Corte deve ser observada por todas as instâncias do Poder Judiciário, mais ainda com a progressiva incorporação, em nossos sistema, de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

institutos hauridos da *common law*, com o propósito de se instituir, em prestígio à segurança jurídica, verdadeiro sistema de precedentes.

Não é por outra razão que o próprio Superior Tribunal de Justiça, após o julgamento acima, reviu sua jurisprudência e passou a afirmar a taxatividade do rol de doenças graves constantes do art. 186, § 1º já referido.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. PROVENTOS INTEGRAIS. DOENÇA GRAVE. ROL. TAXATIVIDADE. ART. 186, § 1º, DA LEI 8.112/1990. QUESTÃO DECIDIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM REGIME DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. Trata-se de Embargos de Divergência que defende a taxatividade do rol de doenças graves constantes no art. 186, § 1º, da Lei 8.112/1990 para fins de concessão de aposentadoria por invalidez com proventos integrais. 2. **O Supremo Tribunal Federal estabeleceu, sob o regime da Repercussão Geral, que o rol de doenças constante no art. 186, § 1º, da Lei 8.112/1990, é taxativo** (RE 656.860, Relator(a): Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJ 18.9.2014). 3. **O STJ, por conseguinte, realinhou sua jurisprudência para seguir a orientação emanda pela Corte Suprema**. A propósito: REsp 1.324.671/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 9.3.2015; REsp 1.266.964/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 1º.6.2015; e AgRg no AgRg no Ag 1.150.262/SC, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 25.6.2015. 4. O acórdão embargado, portanto, está em dissonância com a compreensão acima, pois considerou "que a doença que acometeu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

o requerente era grave e incapacitante, embora não estivesse inclusa no rol do art. 186 da Lei n. 8.112/90" (fl. 477/e-STJ). 5. Embargos de Divergência providos. (EREsp 1.322.441/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 1ªS, j. 09/12/2015)

Ante o exposto, **julgo improcedente a ação** e condeno a autora nas custas e despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a AJG que ora lhe defiro.

P.I.

São Carlos, 23 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**